



ANALFABETISMO

Nota de escopo:

Definição 1: Estado ou condição de indivíduos, comunidades ou sociedades de desconhecimento do sistema de escrita alfabética, ou de não saber ler e escrever um texto simples na língua que falam ou na língua que é falada na comunidade/sociedade.

Definição 2: Falta de instrução elementar em um país, referida especialmente ao número de seus habitantes que não sabem ler nem escrever.

Nota histórica:

O termo analfabeto remonta, pelo menos, ao século VI d.C., aplicado ao imperador Justino, do Império Romano do Ocidente, e utilizado, já então, com a conotação pejorativa de pessoa muito ignorante. No entanto, até muito recentemente, essa avaliação negativa era dirigida apenas a aspirantes ou titulares de determinados cargos ou funções que requeriam domínio da leitura e da escrita. Só a partir do século XVIII começou-se a cobrar do povo tal domínio, fato este que acarretou mudança profunda tanto no conceito de analfabetismo como na extensão de sua aplicação.

No Brasil, até o final dos anos 1870, saber ler e escrever nunca fora condição para votar. Bastava a comprovação da renda exigida pela Constituição do Império. Quando, porém, ocorreu a reforma eleitoral para introdução do voto direto (Lei Saraiva, 1881), o Partido Liberal, então no poder, acabou por excluir do voto os analfabetos, sob o argumento de que o analfabetismo representava ignorância, cegueira, pauperismo, falta de inteligência e de discernimento intelectual, incapacidade política e até marginalidade e periculosidade. A condição de analfabetismo transformou-se, assim, repentinamente, num estigma: numa marca negativa e excludente.

Em 1968, no exílio, Paulo Freire denunciou uma série de concepções distorcidas, que concebiam o analfabetismo como erva daninha a ser erradicada; doença contagiosa ou chaga deprimente a ser curada; vergonha; manifestação de incapacidade, de pouca inteligência, de proverbial preguiça etc. Ao contrário de tudo isso, para Freire o analfabetismo é uma das múltiplas expressões concretas de uma realidade social injusta: uma forma de injustiça social. Nessa concepção crítica, alfabetizar não poderá reduzir-se ao ensino da técnica de ler e escrever, nem à memorização de sílabas, palavras e frases; deverá ser processo de reflexão crítica sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o significado da linguagem, pondo ao alcance dos alfabetizando um poderoso instrumento de libertação dessa injustiça social chamada analfabetismo. Tratou-se aqui do analfabetismo absoluto, mas há outras formas de analfabetismo, como o funcional, o matemático, o digital.

Nota bibliográfica:

Definição 1 elaborada pela Rede de Especialistas do Inep com base nas seguintes referências:

ATLAS NACIONAL DO BRASIL MILTON SANTOS. Perfil Educacional. In: IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo. In. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Educação. **Glossário CEALE**: Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para educadores. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/analfabetismo>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. O analfabetismo no Brasil sob o enfoque demográfico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, jul.1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a07.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

UNESCO. **World illiteracy at mid-century**: a statistical study. Monographs on fundamental education XI, 1957. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000029/002930eo.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

Referência da Nota Histórica: FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo. In. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Educação. **Glossário CEALE**: Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para educadores. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/analfabetismo>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

Definição 2: Termo normalizado para o GGP Indicadores.

Términos relacionados

- TAXA DE ALFABETIZAÇÃO
- ANALFABETO